

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais diversos de corte e costura (como tecidos, agulhas e aviamentos), para atender as necessidades do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/21, art.28 Inciso I c/c Art. 78 Inciso IV, via Sistema Registro de Preços (Art. 3º, inciso II, Decreto 11.462/23)
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor Preço por Lote, nos termos da Lei nº. 14.133/2021

1.5.1 O agrupamento dos itens em lote justifica-se em razão da compatibilidade técnica e operacional entre os materiais, visando maior eficiência administrativa, padronização do fornecimento, otimização logística e melhor gestão contratual.

1.5.2 O critério adotado não compromete a competitividade do certame, considerando que os itens agrupados são usualmente comercializados por empresas do mesmo segmento.

1.6. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT/CATSE R	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE 01				
1	395249	Malha 100% algodão penteada / fio 30.1 / tubular / largura entre 0,85 à 0,95 cm / gramatura mínima 160 gr/m ² / estampa infantil em cores claras	kg	225
2	395249	Malha 100% ALGODÃO 30.1 (SUEDINE) – BRANCA	kg	150
3	295976	Malha Viscolydra 92% viscose e 8% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 270 gr/m ² / cores claras	kg	150
4	618906	Malha Cotton 92% algodão e 8% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m ² / cor chocolate	kg	105
5	449574	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m ² / cor branco	kg	150
6	449574	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m ² / cor chocolate	kg	150
7	449574	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m ² / cor vermelho	kg	150
8	449574	Tecido 91% poliéster e 9% elastano / largura entre 1,60 à 1,80 m / gramatura mínima 180 gr/m ² / cor estampado com fundo branco	kg	150
9	8415	Gola 50% algodão / 50% poliéster / 1,00 m e 1,20 m / Gramatura mínima: 220g/m ² na cor preta	kg	60
10	617116	Malha PV 67% poliéster / 33% viscose / 1,60 m a 1,80 m / Gramatura mínima: 180 g/m ² / na cor branca	metros	600



11	446893	Tule 100% poliéster /1,40 m e 1,60 m/ Gramatura mínima: 20 g/m ² nas cores, branco e preto	metros	50
12	449574	Suplex 90% poliéster / 10% elastano / 1,60 à 1,80 m/ Gramatura mínima: 200 g/m ² nas cores, turquesa, branco, chumbo e preto	metros	600
13	449574	Dryfit 100% poliéster (microfibra) / 1,60 m e 1,80 m/ Gramatura mínima: 160 g/m ² nas cores, preto, azul royal e branco	metros	600
14	449574	Tricoline 100% algodão / 1,40 m e 1,60 m/ Gramatura mínima: 120 g/m ² nas cores, cinza chumbo, azul celeste	metros	500
15	449574	Oxford 100% poliéster/ 1,50 m a 1,60 m/ Gramatura mínima: 180 g/m ² nas cores, preto, azul royal, branco e azul celeste	metros	500
16	223230	Renda 90% poliamida / 10% elastano/ 1,40 m / Gramatura: 70-100 g/m ² nas cores, branco e preto	metros	300
17	449574	Tecido piquet 50% algodão / 50% poliéster / 1,40 m a 1,60 m /Gramatura mínima: 200 a 220 g/m ² na cor preta	metros	600
18	449574	Romantique 91% poliéster / 9% elastano / 1,60 m e 1,80 m / Gramatura mínima: 180 g/m ² nas cores,branco e preto	kg	175
19	449574	Cotton estampado 92% algodão /8% elastano / 1,60 a 1,80 m/ gramatura mínima 180 gr/m ²	metros	600
20	449574	Moletinho 50% Algodão / 50% Poliéster/1,80 m / Gramatura 210 g/m ² / nas cores, chocolate, preto e cinza	metros	160
21	449574	Suede 95% poliéster /5% elastano / 1,40 m à 1,45 m / gramatura cerca de 190 glm ² liso na cor preta (e um estampado que combine com o liso preto)	metros	600

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
		LOTE 02		
22	449574	Tecido brim leve - 50% algodão/ 50% poliéster / largura entre 1,60m à 1,80 m , na cor, azul royal	metros	600
23	449574	Tecido brim leve - 50% algodão/ 50% poliéster / largura entre 1,60m à 1,80 m / na cor cinza chumbo	metros	600
24	449574	Tecido brim leve - 50% algodão/ 50% poliéster / largura entre 1,60m à 1,80 m / na cor laranja	metros	600
25	449574	Tecido brim leve - 50% algodão/ 50% poliéster / largura entre 1,60m à 1,80 m / na cor azul celeste	metros	600
26	350110	Tecido brim leve - 50% ALGODÃO/ 50% POLIÉSTER / largura entre 1,60m à 1,80 m / cor clara	metros	600
27	350110	Tecido brim leve - 50% ALGODÃO/ 50% POLIÉSTER / largura entre 1,60m à 1,80 m / cor estampada	metros	600
28	378245	Entretela de tecido com cola / largura entre 0,90 cm à 100cm / gramatura de 80 gr/m ²	metros	600
29	620762	Zíper de nylon fixo fino – tamanho 10 cms – cor clara	unidades	2.000
30	620762	Zíper de nylon invisível – tamanho 15 cms – cor clara	unidades	2.000
31	411808	Zíper a metro 100% poliéster n° 5 cor escura	metro	1.000
32	610923	Cursor para zíper a metro n° 5	unidades	2.000

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE 03				
33	305269	Papel kraft para moldes – medida aproximada de 66 cm X 96 cm-gramatura de 180 gr/m2	unidades/folha	1.000
34	351740	Bobina de papel para plotter – papel kraft - medida aproximada de 180 cm X 250 metros – gramatura aproximada de 40 gr/m2	metros	1.000

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE 04				
35	411918	Viés elástico sanduíche/dobrável microfibra composição 90% poliamida, 10% elastano – medida 15 mm à 16mm de largura – cor branca	metros	5.000
36	411918	Viés elástico sanduíche/dobrável microfibra composição 90% poliamida, 10% elastano – medida 15 mm à 16mm de largura – cor chocolate	metros	5.000
37	411918	Viés elástico sanduíche/dobrável microfibra composição 90% poliamida, 10% elastano – medida 15 mm à 16mm de largura – cor preta	metros	2.000
38	411918	Viés elástico sanduíche/dobrável - 24 mm de largura - cor preto, branco e chocolate	metros	3.000
39	411918	Viés elástico sanduíche/dobrável - 24 mm de largura - cor amarelo, vermelho e azul	metros	3.000
40	603794	Viés tecido 3,5cm 100% algodão	metros	1.000
41	603794	Viés industrial 3,6 cm de largura	metros	600
42	478180	Cadarço sarjado 12 mm - cor preto	metros	200
43	463033	Elástico com bico – composição 77% poliéster e 23% elastodieno – largura de 10mm a 12mm – cor branco	metros	3.000
44	463033	Elástico com bico – composição 77% poliéster e 23% elastodieno – largura de 10mm a 12mm – cor chocolate	metros	2.000
45	463033	Elástico com bico – composição 77% poliéster e 23% elastodieno – largura de 10mm a 12mm – cor preto	metros	1.000
46	463033	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 24 mm a 25mm	metros	1.000



47	463033	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 19mm a 20mm	metros	1.000
48	463033	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 14mm a 15mm	metros	1.000
49	463033	Elástico cru para embutir – composição 71% poliéster e 29% elastodieno – largura 9mm a 10mm	metros	2.000
50	463033	Elástico externo para cós de cueca – largura 24mm a 25mm cor clara	metros	1.000
51	463033	Elástico externo para cós de cueca – largura 24mm a 25mm cor escura	metros	1.000
52	267616	Alça de algodão 35mm 100% algodão cor palha	metros	1.000
53	463033	Elástico para alça de soutien – composição 86% poliamida e 14% elastano - largura aproximada 10 mm a 12mm – cor branco	metros	500
54	463033	Elástico para alça de soutien – composição 86% poliamida e 14% elastano - largura aproximada 13 mm a 15mm– cor branco	metros	500

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
		LOTE 05		
55	616495	Fecho plastico tic tac para soutien 24 a 25mm cor transparente	pares	5.000
56	616495	Fecho plastico tic tac para soutien 10 a 12mm cor transparente	pares	5.000

ITEM	CATMAT- /CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
		LOTE 06		
57	378529	Agulha para máquina industrial overloque – 80/12 – DCx27	unidade	2.000
58	378529	Agulha para máquina industrial galoneira – 80/12 – DVx63	unidade	4.000
59	378529	Agulha para máquina industrial cabo grosso – 80/12 – DPx5	unidade	2.000
60	378529	Agulha para máquina industrial cabo fino – 80/12 – DBx1	unidade	2.000

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.9 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.”

1.9.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que trata-se de uma necessidade permanente dos setores desta Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os aspectos de economicidade e eficiência para o Município.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

Primeiramente cumpre informar que o Centro de Formação de Vestuário (CEVEST) forma todos os anos muitos alunos em cursos técnicos ligados a área de vestuário (como, por exemplo, corte e costura de diversos tipos), alunos esses que têm acesso a uma educação profissionalizante e se tornam mão de obra qualificada para ser absorvida pelo mercado de trabalho local, que tem sua economia muito ligada às confecções, tendo sido Nova Friburgo, recentemente, oficializada como a Capital Nacional da Moda Íntima, através da Lei 14.883/2024.

Em virtude dos cursos profissionalizantes oferecidos, torna-se imprescindível a disponibilidade, por parte do Município, da matéria-prima que deve ser utilizada, durante as aulas, para promover um aprendizado de qualidade aos alunos.

A utilização de matéria-prima, como tecidos e afins, para um curso prático de costura é fundamental por várias razões:

- **Experiência prática:** O uso de tecidos durante o curso permite aos alunos praticarem as técnicas de costura em materiais reais, desenvolvendo suas habilidades manuais e aprendendo a lidar com diferentes tipos de tecidos;
- **Familiarização com materiais:** Cada tecido possui características únicas, como textura, elasticidade e densidade. Trabalhar diretamente com eles ajuda os alunos a entender como manusear diferentes materiais, ajustar a tensão da máquina e escolher o tipo correto de ponto;
- **Simulação de cenários reais:** Ao usar tecidos no curso, os alunos podem simular projetos reais, como a confecção de roupas, acessórios e itens de decoração, preparando-os para desafios no mercado ou em projetos pessoais;
- **Desenvolvimento criativo:** A escolha de tecidos permite aos alunos experimentarem combinações de cores, estampas e texturas, incentivando a criatividade e a expressão pessoal por meio da costura;
- **Aprendizado sobre custos:** Comprar matéria-prima também ensina aos alunos sobre a gestão de custos em projetos de costura, importante para quem deseja seguir carreira ou empreender na área.

A qualidade e a variedade dos tecidos adquiridos influenciam diretamente na eficácia e no sucesso do aprendizado.

A demanda foi solicitada pela coordenadora dos cursos profissionalizantes do CEVEST, que possui vasta experiência na utilização de tais materiais, bem como na real necessidade de utilização nas aulas de cada curso, sendo apta a avaliar os resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis.

O fornecimento dos tecidos, aviamentos, linhas e agulhas são de extrema importância para serem utilizados nas aulas dos cursos oferecidos pelo CEVEST. **O principal benefício esperado com o material solicitado é a qualificação de centenas de pessoas que serão inseridas no mercado de trabalho. Entre os principais benefícios e objetivos a serem alcançados com os cursos profissionalizantes estão:**



- Proporcionar aprendizado rápido e prático em áreas específicas;
- Desenvolver habilidades práticas, preparando os alunos diretamente para o trabalho;
- Aumentar a competitividade, uma vez que profissionais com formação técnica tendem a ser mais competitivos no mercado, já que possuem habilidades específicas e atualizadas;
- Facilitar o ingresso no mercado de trabalho, em áreas com alta empregabilidade;
- Oferecer acesso profissionalizante de forma gratuita a população;
- Preparar o aluno para atuar como autônomo ou empreendedor, oferecendo, além de habilidades técnicas, noções de gestão e negócio.

Os cursos profissionalizantes são uma excelente porta de entrada para quem busca uma colocação no mercado de trabalho, de forma rápida e conectada às necessidades reais das empresas. Por outro lado, as empresas também são beneficiadas com a disponibilidade de mão de obra qualificada, alimentando, assim, a cadeia produtiva de nosso Município e fortalecendo a economia local.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, busca adquirir material de costura (tecidos, aviamentos, linhas, e afins) para suprir as demandas dos cursos profissionalizantes do CEVEST, visando ofertar o material necessário ao aprendizado das profissões de corte e costura, **conforme descrição em tabela inserida no item 5 (Estimativa das quantidades).**

3.2 Vislumbra-se resultados positivos obtidos ao final do processo, considerando a eficácia da solução implementada, a satisfação dos alunos e instrutores, bem como eventuais impactos positivos observados, como a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a otimização dos recursos públicos.

3.3 Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, os benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiência de cada uma das soluções, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções apresentadas, **conclui-se que a SOLUÇÃO 2 (Aquisição dos materiais através de compra com os recursos próprios do Município), descrita no item 6 "Levantamento de Mercado", afigura-se ideal para atender à demanda do CEVEST.**

3.4 A solução indicada pela equipe de planejamento da contratação é a **aquisição de materiais de corte e costura, na modalidade Licitação, na forma Pregão Eletrônico, do tipo Menor preço por lote.** Como procedimento auxiliar indica-se o **sistema de Registro de preços (artigo 3º, inciso II do Decreto nº 11.462/2023)**, levando-se em consideração que estamos trabalhando com um quantitativo estimado de pessoas a serem atendidas, que ao longo de um ano podem ser alterados por situações imprevisíveis, como, por exemplo, a criação de novos cursos ou a extinção dos mesmos. Assim, por não se tratar de um quantitativo fixo e imutável entendemos que a **aquisição de material de corte e costura, via registros de preços** é a melhor opção para evitar desperdícios e primar pela economicidade dos recursos públicos, atendendo da melhor forma a demanda desta Secretaria, promovendo a qualidade dos serviços públicos e contribuindo para o desenvolvimento local.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1 Do fornecimento:

a) Os materiais serão solicitados pela Administração de acordo com a demanda necessária para cada item ao longo de 01 (um) ano;

- b) O contratado deverá fornecer os materiais rigorosamente segundo as especificações e referências indicadas na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração;
- c) Correrão por conta do contratante os custos com a entrega dos materiais;
- d) Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e em perfeitas condições de utilização;
- e) O prazo de fornecimento será de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da respectiva nota de empenho, podendo ser prorrogado a critério da Administração em razão de fato superveniente demonstrado pelo contratante;

4.2 Do local, horários e condições de entrega:

- a) Os materiais deverão ser entregues, às expensas do contratante, em dias úteis, no horário das 9h às 17h;
- b) As entregas deverão ser realizadas junto à **Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, localizada na Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina) - Centro - Nova Friburgo/RJ.**
- c) Os materiais deverão vir devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal;
- d) A entrega dos materiais deverá ser atestada pelo Órgão Contratante, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento;
- e) O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto irá formalizar o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente;
- f) A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes neste instrumento, independentemente da quantidade rejeitada.

4.3 Da validade dos materiais:

- a) A validade dos materiais deverá constar expressamente nos respectivos rótulos, nos termos da legislação vigente;

4.4 Da Garantia dos Materiais:

- a) Os materiais deverão ter garantia, no mínimo, de 90 (noventa) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, nos termos da legislação vigente.

4.5 Sustentabilidade:

4.5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Deverá ser observado o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm

4.5.2 Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.5.3 São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público;

4.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 Da Garantia Contratual

4.7.1 Não será exigida garantia contratual da execução, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a baixa complexidade do objeto, a natureza do fornecimento e o reduzido risco de inadimplemento contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega/execução é de 07 (sete) dias úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, **no seguinte endereço: Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina) Centro, Nova Friburgo, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 9h às 17h.**

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 07 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8 Os materiais deverão ter garantia, no mínimo, de 90 (noventa) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, nos termos da legislação vigente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

6.11.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.11.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.11.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: **Município de Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630.0001-23, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro - Nova Friburgo CEP: 28613-001.**

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, situada à **Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina) Centro, Nova Friburgo/RJ, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 9h às 17h.**

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de

Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota (s) Fiscal(ais) apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº. 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

[Consulta de Sanções | Portal da Transparência do Governo Federal](#)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

K) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.12.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8- Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.10 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.12.2.10.1- A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da

participação neste certame licitatório, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.12.2.10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.12.2.10.3- Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.12.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.12.3.1- **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.12.3.2- **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor **da sede do fornecedor**, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.12.3.3- Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.12.3.4- A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.12.3.5- No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.12.3.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.12.3.7- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.12.3.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$\begin{aligned} \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.12.3.9- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.12.3.10- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.12.3.11- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.12.3.12- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.12.3.13- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.12.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.12.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.12.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.12.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:



- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:



10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.9 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si. Apenas a penalidade de multa pode ser cumulada com as demais sanções.

10.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 451.978,90 (quatrocentos e cinquenta e um mil e novecentos e setenta e oito reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento	08 002 19 363 0035 2.099	172000000017	339030-06

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.3 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote, observadas as especificações constantes no Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

12.3.1 - O agrupamento dos itens em lote justifica-se em razão da compatibilidade técnica e operacional entre os materiais, visando maior eficiência administrativa, padronização do fornecimento, otimização logística e melhor gestão contratual.

12.3.2 - O critério adotado não compromete a competitividade do certame, considerando que os itens agrupados são usualmente comercializados por empresas do mesmo segmento.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior.

Nova Friburgo/RJ, 24 de Abril de 2026.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <p>Amanda Diniz Pereira Subsecretário Municipal de Educação Profissionalizante e Superior Mat. 062484</p>	<hr/> <p>Franklin Junior Guimarães Medeiros Supervisor Operacional Mat.063607</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Felippe de Jesus Schenquel
Secretário de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Econômico
Mat. 063173